

Memória entre livros: a biblioteca como lugar de memória

Aline Herbstrith Batista¹

Carmen Lúcia Lobo Giusti²

Resumo

O presente artigo tem por objetivo principal mostrar que, dentro de uma visão tradicional, a função básica da biblioteca é de preservar, organizar e disseminar conhecimentos. Faz uma breve passagem sobre a história das bibliotecas e suas funções e evolução, no período entre a Antiguidade e a Modernidade, não só em sua forma organizacional, mas também na difusão de seus conteúdos nas diferentes funções sociais que elas exerceram. Enfatiza que as bibliotecas são lugares de memória em razão da sua capacidade de expressar a memória de determinados grupos, pois a contém em seus inúmeros suportes, e também pelo espaço de armazenamento de materiais produzidos em tempos e localidades diversos; desempenham o papel de guardião do conhecimento, não no sentido de guardar para si o patrimônio produzido por homens do passado, mas, de através dele, possibilitar o acesso ao passado.

Palavras-chave: Bibliotecas. Memória. Lugares de memória.

Introdução

O homem sempre teve a preocupação de registrar as suas idéias. Na pré-história, o fez registrando suas caçadas, comemorações, rituais e mitos nas cavernas. Quando ingressou no mundo da escrita, também o fez por meio de códigos e, de maneira mais elaborada, utilizando-se dos meios disponíveis em sua comunidade. O livro, tal como o conhecemos hoje, é resultado de um longo processo de evolução das técnicas que o homem foi desenvolvendo e aprimorando por aproximadamente 5000 anos. A partir do momento em que tomou consciência da importância dos registros escritos para o futuro, criou arquivos, bibliotecas e museus.

As bibliotecas estão mudando muito rapidamente, em razão da crescente modernização das tecnologias da informação, sendo que atualmente além das bibliotecas tradicionais, temos as bibliotecas virtuais, onde é cada vez mais comum a existência de documentos eletrônicos em seus acervos de documentos impressos. São documentos tão ou

¹ Bacharel em Biblioteconomia, Especialista em Patrimônio cultural: conservação de artefatos, Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural. Responsável pela Biblioteca Campus Porto da UFPel. Contato: aline.batista@ufpel.edu.br.

² Bacharel em Biblioteconomia, Especialista em Administração de sistemas de bibliotecas, Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural. Responsável pela Biblioteca de Medicina da UFPel. Contato: billy@ufpel.edu.br.

mais atraentes quanto os impressos, pois são de mais fácil navegação, devido às ligações automáticas em hipertexto, trazendo como benefícios a atualização e distribuição mais rápida do que os documentos em papel. Além disso, alguns vêm acrescidos de som e imagem, tornando a aprendizagem muito mais interessante.

Breve história das bibliotecas

As primeiras bibliotecas eram constituídas por minerais escritos através de cuneiformes e hieróglifos em tabletes de argila; logo após passaram a existir as bibliotecas vegetais e animais, constituídas de rolos de papiro e pergaminho. Com o aparecimento do papel, fabricado pelos árabes, surgem as primeiras bibliotecas de papel e, mais tarde, as bibliotecas dos livros propriamente ditos.

Desde seu surgimento, as bibliotecas restringem as informações a determinadas classes sociais. Na Antiguidade a classe favorecida era a aristocracia; na Idade Média o acesso ficava restrito aos religiosos, ou seja, o acesso à informação ficava concentrado nas classes sociais mais elevadas. Na Antiguidade os livros eram presos nas estantes para não serem emprestados, pois os responsáveis pelas obras e pelas bibliotecas tinham receio que ambas não retornassem à mesma ou que voltassem danificadas.

Na era medieval, observando o caso da biblioteca retratada na obra *O nome da rosa*, de Umberto Eco, a qual descreve uma época em que o acesso era restrito aos religiosos, percebe-se que sua construção era feita de maneira a dificultar que se encontrassem os volumes desejados. Esse trecho explana essa arrumação complexa da biblioteca:

O modo de leitura era bizarro, às vezes se procedia numa única direção, às vezes se andava para trás, às vezes num círculo, freqüentemente, como disse, uma letra servia para compor duas palavras diferentes (e nesses casos a sala tinha um armário dedicado a um assunto e um a um outro). Mas não havia evidentemente que se procurar uma regra áurea naquela disposição. Tratava-se de mero artifício mnemônico para permitir ao bibliotecário encontrar uma obra. Dizer que um livro se achava na *quarta Acaiae* significava que estava na quarta sala, a partir daquela em que se aparecia o A inicial, e quanto ao modo de individuá-la, supunha-se que o bibliotecário soubesse de cor o percurso, reto ou circular, a ser feito. (ECO, 1983, p. 367).

Apesar de ser uma obra literária, descreve o contexto histórico ao qual estavam inseridos os religiosos intelectuais na Idade Média, tratando a biblioteca como um labirinto, onde a informação era restrita, onde somente o bibliotecário sabia a localização exata da obra, e também tinha o poder de decidir sobre a leitura ou não de um livro, decidindo assim as

informações e conteúdos que poderiam ser estudados e comunicados aos demais.

Isso durou até o século XVI, quando as bibliotecas sofreram grandes mudanças, onde passaram a ter caráter legal e civil, deixaram de ser particulares para tornarem-se públicas e abertas para todos; também procuraram especialização em diversas áreas do conhecimento e atravessaram um processo de socialização. Recorrendo a Chartier (1999), o qual esclarece que essa busca e as mudanças sofridas pelas bibliotecas é um resgate do mito de Alexandria, isto é, a existência de uma biblioteca ideal.

No Brasil as primeiras bibliotecas foram organizadas pelos Jesuítas. Durante o período de 1549 a 1759 eles detiveram o monopólio da educação, e mesmo após a reforma pombalina que os expulsou, as bases por eles aqui espalhados não chegaram a se anular; sua influência marcou profundamente o estilo e a trajetória de nosso sistema educacional.

As bibliotecas dos jesuítas não ficavam abertas só para os alunos e padres, mas para qualquer pessoa que fizesse o pedido competente [...] É difícil avaliar procura maior de uma obra existente em livraria particular. No caso das bibliotecas jesuíticas, porém, é mais fácil fazê-lo por estarem nos colégios, ao alcance de mestres e estudantes. (MORAES, 2006, p.9)

As bibliotecas jesuíticas são exemplos claros da mudança de paradigmas das bibliotecas, onde elas deixam de ser um veículo de informação restrito somente a algumas pessoas e passam a exercer uma função social mais abrangente, compreendendo assim um número maior de usuários e causando uma maior difusão das informações, deixando de ser também apenas um espaço arquitetônico, transformando-se em um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, a serviço de toda a coletividade.

Com a evolução natural das bibliotecas jesuíticas surgiram as bibliotecas particulares, as quais foram os primeiros produtos do Iluminismo no Brasil. Essas bibliotecas eram muito referenciadas nos livros dos viajantes estrangeiros.

O surgimento da imprensa de tipos móveis a partir do século XV incentiva a transmissão do conhecimento, em escala até então desconhecida, e impõe ritmo acelerado ao crescimento das bibliotecas. O acúmulo dos textos, agora reproduzidos em série, exigiu a construção de prédios apropriados à guarda das coleções.

No século XVIII, diante de uma política iluminista, que vê a biblioteca como dispositivos de libertação e emancipação do homem, se assiste, ao mesmo tempo, a importantes esforços de alfabetização e escolarização generalizada das populações e ao aumento considerável do número de bibliotecas públicas, que é então onde surgem as primeiras bibliotecas municipais. Durante o século XVIII e parte do século XIX os cadernos de notas e os catálogos de obras eram

os suportes da memória.

No século XIX, o volume da memória coletiva não cabe mais na memória individual. A memória passa a estar representada nas fichas das bibliotecas, dos arquivos e museus; Neste momento constituem-se suntuosas bibliotecas de estado e a decisiva expansão da rede de bibliotecas públicas faz surgir a prática da leitura pública, leitura essa realizada por funcionários pagos pelo estado, os quais têm por função ler em voz alta, com o intuito de instruir as classes populares. O final do século XIX foi marcado por um importante acontecimento que modificou profundamente a forma de armazenamento dos diversos meios de produção intelectual, artística, social e cultural. Esta mudança ocorreu principalmente por consequência da Revolução Industrial, assim forçando o desenvolvimento dos meios e formas de armazenamento do conhecimento. Já no início do século XX a documentação é a disciplina que organiza a memória das bibliotecas em fichas, tendo em vista a possibilidade de arranjos múltiplos por parte de um pesquisador.

Na metade do século XX, o surgimento dos computadores cria uma verdadeira revolução da memória: a possibilidade da memória eletrônica, que difere da memória humana por sua duração. A memória humana está sujeita ao esquecimento enquanto a memória das máquinas é ilimitada, dependendo de técnicas de armazenamento. Analisando, podemos fazer algumas considerações, como por exemplo, as bibliotecas com o auxílio da tecnologia evitam seu próprio extermínio; a segunda análise diz respeito à quantidade de pessoas que possuem acesso a Internet no Brasil, o que ainda é privilégio da minoria e a terceira análise é com relação à burocratização das bibliotecas, o que não é uma realidade de todas as unidades de informação, mas somente de parte delas.

Quando se estuda a história das grandes bibliotecas do mundo, das grandes bibliotecas nacionais que fazem o orgulho de muito povo, vê-se logo que elas se formaram, tendo como base uma coleção particular e foram se enriquecendo com a aquisição ou doações de outras coleções particulares. (MORAES, 1998, p.16).

A história das bibliotecas e a natural evolução da informação equivalem à própria evolução do conhecimento humano através dos tempos. Fazendo um retrospecto, por exemplo, notamos que o século XVIII representa um marco na história do conhecimento humano, pois é nele que se concretiza a chamada Enciclopédia da Modernidade, de Diderot e D'Alembert, que surge como metáfora da biblioteca portátil e móvel, num desejo de desprendimento do conhecimento dos edifícios das bibliotecas e o deslocamento do texto de seu suporte, cuja possibilidade de ser atualizada parece inovadora e cujo objetivo seria o de

captar o máximo do conhecimento vigente para abri-la ao leitor.

A biblioteca como lugar de memória

Dentro de uma visão tradicional, a função básica da biblioteca é de preservar, organizar e disseminar conhecimentos. Essa função tem se mantido ao longo dos anos, porém o mesmo não acontece com sua função social, seus objetivos e serviços. Por não ser uma entidade independente, a expectativa quanto à natureza desses objetivos é determinada por uma série de fatores que dependem do contexto em que elas atuam.

Baratin (2000, p.47) explana que podemos definir as bibliotecas como um lugar de memória e de preservação do patrimônio documental, considerando-a “como um espaço dinâmico e vivo tendo como uma das tarefas fundamentais colecionar, proteger, inventariar e, finalmente, tornar acessível a herança da cultura escrita”. Elas são um bom exemplo de lugar de memória, em razão da sua capacidade de expressar a memória de determinados grupos, pois a contém em seus inúmeros suportes, que por si só, nada significam. São lugares de memória e espaço de armazenamento de materiais produzidos em tempos e localidades diversos e que desempenham, mesmo com todo o avanço tecnológico, o papel de guardião do conhecimento, não no sentido de guardar para si o patrimônio material e imaterial produzido por homens do passado, mas, de através dele, possibilitar o acesso ao passado.

A memória é imaterial, pois se trata de um atributo da consciência social, então, os suportes da memória são mediadores e instrumentos para ação dos agentes políticos. A biblioteca é mais do que somente um espaço arquitetônico, conforme Baratin (2000, p.9), “é um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira”.

Nora (1993) fala do lugar da memória, no coração das identidades, isto é, diz respeito à identidade, ao pertencimento, com o fluir da vida social. Para ele podemos designar as bibliotecas como lugares de memória, pois incluem nos seus acervos documentos que representam a cultura erudita e popular, e tais documentos são importantes fontes de pesquisa histórica e de referências para o mapeamento das memórias coletivas. Seguindo o pensamento de Nora, conservar esses acervos é tão necessário como comemorar aniversários, organizar celebrações, preservar monumentos e demais lugares onde se apóia e se exprime a memória coletiva. Os lugares de memória para Nora não são apenas físicos, mas também mentais, espaços imaginários, onde habitam coisas e não seres. Tais lugares permitem uma visão, ou melhor, uma revisão da memória, pois devido ao que neles está contido, nos torna

possível apreciar o que é lembrado ou esquecido, relacionado ao passado.

Os documentos armazenados em arquivos, bibliotecas e museus contribuem para o resgate e a produção de memórias perdidas em papéis muitas vezes sem conservação. Nesse contexto, diz Nora (1993) que “é necessário criar e conservar arquivos, assim como comemorar aniversários, preservar monumentos, santuários e demais lugares onde se ancora e se exprime a memória coletiva.”

O sonho de se ter uma biblioteca que reúna todo o conhecimento existente, um espaço de salvaguarda dos conhecimentos gerados pela humanidade a partir de diferentes sociedades atravessou a história da civilização, desde a Antiguidade, passando pelo projeto de Mallarmé, que há um século pensava criar um livro integral (o livro), infinito, síntese de todos os livros passados e por vir. (PARENTE, 1999, p.68). Tal sonho se repete com o passar dos séculos, e surge hoje nos textos eletrônicos armazenados em meio digital, o que permite acesso à distância e em tempo real. Tal evolução tecnológica, atravessando os séculos, criou condições do aumento do volume de produção e, com isso, a necessidade de manejo cada vez mais especializado da informação. Houve a exacerbação destes fenômenos em dois importantes momentos: a revolução causada pela invenção da imprensa, na modernidade, e a revolução digital, na pós-modernidade.

Relacionando aos lugares, as memórias individuais e coletivas têm neles uma referência importante para a sua constituição, mesmo que não seja condição para a sua preservação. Os lugares têm uma grande importância na referência da memória dos indivíduos, pois é notável que, onde existem mudanças nos lugares, percebem-se também importantes mudanças na vida e na memória dos grupos.

Memória

A memória é um dos caminhos para conhecer o passado, levando em conta que através das lembranças recuperamos acontecimentos passados, distinguimos o ontem do hoje, o que confirma que já existiu um passado. Essa confirmação nos dá um sentido de identidade, já que saber o que fomos confirma o que atualmente somos, nos dá uma noção de continuidade.

Antes do livro manuscrito não havia, de fato, outra forma em que se pudesse conservar e acumular o saber pretérito – do passado de si mesmo ou de outrem -, a não ser a memória... A memória, porém, é intransferível, é adscrita à pessoa. Eis um dos fundamentos mais vigorosos para a autoridade dos anciãos: eram os que sabiam mais porque tinham maior memória, eram mais “livros vivos” do que os jovens, livros

por assim dizer, com mais páginas. A invenção da escrita, porém, ao criar o livro libertou da memória o saber e acabou com a autoridade dos anciãos. O livro, ao objetivar a memória, materializando-a, torna-a em princípio, ilimitada e coloca dizeres dos séculos à disposição de todo o mundo. (ORTEGA Y GASSET, 2006, p.53)

Ela tem como base a construção de referenciais de diferentes grupos sociais sobre o passado e presente, baseado nas tradições e ligados a mudanças culturais.

A destruição do patrimônio cultural resulta na destruição da memória, e essa por sua vez resulta em sérios problemas para a identidade do grupo afetado. Isso acontece devido ao fato de que a memória constitui o sentimento de identidade tanto individual como coletiva, visto que ela é um fator extremamente importante de continuidade e de coerência de pessoas ou grupos na reconstrução de si.

As memórias individuais sustentam-se da memória coletiva e histórica, abrangendo elementos mais vastos do que a memória constituída pelo indivíduo e seu grupo. A linguagem é um dos elementos de maior relevância para a afirmação do caráter social da memória. Bosi (2004) afirma que a linguagem é o instrumento de socialização da memória, pois abrevia e agrega no mesmo espaço vivências tão divergentes como o sonho, as lembranças e as experiências recentes.

Os estudos feitos por Halbwachs (2006) foram úteis para compreendermos os quadros sociais componentes da memória. Para ele a memória mais individual remete a um grupo, pois o indivíduo carrega em si a lembrança, mas não deixa de estar sempre interagindo com a sociedade. A memória coletiva tem uma importante função de contribuir para o sentimento de pertencimento a um grupo de passados afins, que compartilham memórias, pois garante o sentimento de identidade do indivíduo baseado numa memória compartilhada não só no campo histórico, mas também no simbólico. Ela sofreu grandes transformações ao longo dos tempos, devido à contribuição da história enquanto disciplina. Assim, a incorporação das ciências sociais desempenhou um papel importante, construindo a interdisciplinaridade entre estas, história e memória.

A memória coletiva é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado... A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros. (LE GOFF, 2003, p.29)

O entendimento da memória como fonte viva da história resulta das transformações historiográficas que acontecem constantemente. Como lembra Le Goff em trechos de sua obra, foram os gregos antigos que fizeram da memória uma deusa, *Mnemosine*, que lembrava

aos homens a recordação de heróis e dos seus grandes feitos. De acordo com essa construção mítica, a história é filha da memória.

Já Nora (1993) segue um percurso de separação entre história e memória. Para ele, a história está presente onde não há mais as “sociedades-memória”, com a manifestação da tradição se dando no presente vivido. Segundo ele os lugares de memória são espaços onde a memória se cristaliza e se refugia: arquivos, bibliotecas, museus, galerias de arte, entre outros. São lugares de memória porque não vivemos mais o que eles comunicam, e porque a história se apropria deles como sua matéria-prima.

Le Goff (1996, p.95), afirma que “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada”, feita por agentes que detêm o poder de proclamação ou por aqueles que se dedicam à ciência do passado, os historiadores.

Observa-se que os historiadores se interessam pela memória levando em consideração dois pontos de vista: como fonte histórica e como fenômeno histórico. No primeiro aspecto, devem estudar a memória como fonte para a história, onde analisam os documentos históricos; já no segundo devem estar interessados na história social do lembrar, levando em conta que a memória social é seletiva, então se faz necessária a identificação dos princípios de seleção e observação de como os mesmos variam de lugar para lugar, de um grupo para outro e como se transforma no passar do tempo.

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 2003, p.471)

O dever da memória faz de cada ser historiador de si mesmo. Assim, não apenas os antigos são obcecados para recuperar seu passado enterrado, nem todos os corpos, intelectuais ou não, sábios ou não, sentem a necessidade de buscar sua própria constituição, de encontrar suas origens.

“Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estar sujeitos a tratamentos destinados a transformar sua função de mentira em confissão de verdade” (LE GOFF, 2003, p.110). Para ele, a importância dos documentos está diretamente ligada a sua influência no contexto cultural e social, pois a sociedade ao mesmo tempo em que necessita dos documentos para salvaguardar sua história, também valida e decreta a importância de tais documentos.

Belloto (2000, p.156) por sua vez ao dissertar sobre patrimônio documental diz:

...os documentos de bibliotecas são os resultados de uma criação individual ou coletiva, espontânea, de natureza científica, técnica, artística, filosófica, humanística, de entretenimento ou outra, como resultado de manifestação, pesquisa ou reflexão realizadas com a finalidade de informar, instruir, ensinar, entreter ou divulgar, geralmente registradas em suportes tradicionais ou eletrônicos, sob a forma de livros, revistas, mapas, gravuras, etc.

É relevante mostrar a importância do livro como patrimônio cultural e portador da memória, pois ao fazer o registro de momentos, de seus pensamentos, o autor permite que futuramente os leitores possam, através da leitura desses registros, conhecer e reconhecer seu passado intelectual, construindo e reconstruindo suas memórias coletivas e individuais. Através desse reconhecimento é que se permite a conservação e preservação do patrimônio bibliográfico nacional, ao mesmo tempo em que se contribui para a conscientização da importância das obras.

Considerações finais

No passado, as idéias eram transmitidas pelos mitos e rituais que se constituíam o acervo da memória de um grupo social. Com a escrita aparece uma memória autônoma que transcende o sujeito. Com a imprensa as idéias foram capazes de reproduzirem-se por si mesmas.

Na área da Ciência da Informação, a preservação é um aspecto central de preocupação e ocupação de profissionais que atuam nos espaços destinados à memória. Desde seu surgimento, as bibliotecas, arquivos e museus são considerados como lugares de memória, sendo a perspectiva da memória vista como preservação, pois ao preservar seus documentos, guardam materialmente a memória de um povo, de uma cidade, de um grupo.

A quantidade e diversidade dos materiais contidos nas bibliotecas compilam muitos resultados da caminhada intelectual da humanidade, tudo que mereceu ou que pôde ser anotado, ou seja, que recebeu a imortalidade, reunido e arquivado em um único espaço físico, porém, ilimitado, como imaginamos o universo.

Conhecer a origem das bibliotecas sugere a abordagem da produção e dos registros de conhecimentos, pois, desde a sua origem, na Antigüidade Clássica, a biblioteca é um espaço de salvaguarda dos conhecimentos gerados pela humanidade a partir de diferentes sociedades, tendo sob sua guarda toda a memória do mundo, como fonte de importância e poder.

São palavras, expressões das materialidades textuais do passado que dão sentido ao

presente, a partir de enunciados, de práticas discursivas provindas de estantes de arquivos e bibliotecas, entre outros. A construção, preservação e valorização dos lugares de memória contribuem para que, no futuro, não se estabeleça a sociedade do esquecimento, em oposição à sociedade do conhecimento, cujo presente será descontínuo e sem sentido.

Referências

- BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n.27, p.151-166, jan./jun.2002.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 11.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: UNESP, 1999.
- _____. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2. ed. Brasília: UnB, 1999. (Coleção Tempos).
- ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5.ed. Campinas: UNICAMP, 2003.
- MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**. 3.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1998.
- _____. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Briquet de Lemos, 2006.
- NORA, Pierre. Entre Memória e história; a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n.10, 1993. p. 7-29.
- ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- PARENTE, André. **O virtual e o hipertextual**. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.